

A photograph showing three people in a modern office setting. A man in a blue plaid shirt and beard is in the foreground, looking down at a small white wind turbine model. To his right, another man wearing glasses and a teal blazer is smiling and also looking at the model. In the background, a woman in a light blue blouse is holding a tablet and looking towards the camera. On the desk in front of them are architectural blueprints, a small potted plant, and a smartphone.

RELATÓRIO ANUAL

20
22



SICOOB CREDIGUAÇU



Mais que uma escolha **FINANCEIRA**, a decisão de fazer a diferença.



EXPEDIENTE

SICOOB CREDIGUAÇU
Cooperativa de Crédito Crediguacu -
Sicoob Crediguacu
Sede Administrativa:
Rua Conselheiro Antonio Prado, 544,
Centro - Descalvado/SP
crediguacu@crediguacu.com.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gestão 2021-2025

Antônio Carlos de Mello
Presidente

Marcos Eduardo Pinese
Vice-Presidente

Conselheiros Vogais
Aldrin Alexandre Pinto de Oliveira
Edgard Andreazi Moreira
Gustavo Bianchi Izeppe
Mauricio Antônio Dotta e Silva
Rinaldo Rodrigues

DIRETORIA EXECUTIVA
Mauro Benedito de Lima
Diretor-Presidente

Milton Luiz do Amaral
Diretor de Negócios

Carlos Alberto Bianchi
Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO FISCAL
Gestão 2022-2025
Membros Efetivos
Eraldo José Zoia
Flávio Henrique Fernandes
Paulo Afonso Gabrielli

Membros Suplentes
Eduardo Luis Caramori Botaro
Fernando Antônio Maciel
João Carlos Pinheiro

PRODUÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO
Unidade de Comunicação e Marketing
Sicoob Crediguacu

JORNALISTA RESPONSÁVEL
José Augusto Cavalcante Navas
(MTB 62012/SP)

REDAÇÃO
Carolina de Santi Ferreira
José Augusto Cavalcante Navas

COMPOSIÇÃO E ARTE FINAL
Gabriel de Freitas Siqueira
Marcos Mesquita Moretin
Matheus Galleti Lima

FOTOS
Marcos Mesquita Moretin



SUMÁRIO

4 Mensagem das Presidências

6 Relatório de Gestão

27 Resultado Econômico Social

28 Resultados

30 Receita de Produtos e Serviços

31 Mensagem da Diretoria Executiva

32 Relatório da Administração

34 Relatório da Auditoria

36 Demonstrações Financeiras

40 Notas Explicativas

63 Parecer do Conselho Fiscal

MENSAGEM DAS PRESIDÊNCIAS

2022 foi um ano especial para o Sicoob Crediguçu. Celebramos o 30º aniversário de nossa instituição cooperativa. Em um calendário marcado por iniciativas para comemorar três décadas de trabalhos, pudemos olhar para trás e nos orgulhar da história que trilhamos até aqui.

Celebrar os 30 anos é reconhecermos e sermos gratos pelo empenho e entusiasmo de muitas pessoas que estão presentes ou que passaram pela Cooperativa durante este período. Por isso, mobilizamos nossas equipes para que as comemorações fossem realizadas junto daqueles que são nossa razão de ser e existir: os associados. Campanhas e confraternizações aconteceram na Central Administrativa e em todos os Postos de Atendimento ao longo do ano. Uma maneira de expressar nossa alegria e gratidão por tudo o que alcançamos.

Em 30 anos de existência, orgulhamo-nos em dizer que sempre entregamos resultados positivos à Assembleia. Tais resultados foram possíveis em decorrência da confiança que os associados creditam à nossa equipe de colaboradores e a todos os dirigentes que vivem o dia a dia da Cooperativa. São esses números que nos motivam e nos desafiam ainda mais.

No ano de 2022 observamos sinais de recuperação da atividade econômica no país, afetada pela pandemia de Covid-19 nos últimos anos, um momento que foi difícil para tantos e que, mais uma vez, procuramos estar perto dos associados, apoia-los em suas atividades e oferecendo as melhores soluções financeiras para enfrentarem as adversidades deste período.

Somente com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), do Governo Federal, o Sicoob Crediguçu operacionalizou R\$ 70 milhões em crédito - com taxas atrativas e carência de 11 meses - a 830 associados de todas as cidades de atuação da Cooperativa.

Nosso Capital Social alcançou resultado expressivo em 2022. Para garantir nosso Patrimônio e contribuir com o Índice de Basileia, lançamos no segundo semestre a Campanha Cotas da Sorte Crediguçu com sorteios de prêmios aos cooperados participantes. Em seis meses de ação, alcançamos R\$ 3,7 milhões em integralizações, resultado que superou nossas expectativas. O intuito é que a campanha seja permanente e a edição de 2023 já foi iniciada com novas premiações.

Em meio às comemorações dos 30 anos, promovemos campanhas especiais com taxas diferenciadas em Crédito Rural e financiamentos de Veículos, Máquinas, Equipamentos e Energia Fotovoltaica. Somadas a todas as outras linhas de empréstimos, a receita bruta de crédito apurada em 2022 pela Cooperativa foi de R\$ 113,0 milhões.

Já a receita bruta de Produtos e Serviços totalizou R\$ 17,3 milhões no exercício, impulsionada pelas soluções em Cartões, Cobrança Bancária, Consórcio, Seguros e SIPAG.

Nossa Carteira de Depósitos observou um crescimento de 46,62% em comparação ao exercício anterior, percebendo o valor de R\$ 994,3 milhões entre Depósitos à vista e a prazo.

Nosso Quadro Social cresceu 33,18% comparativamente a 2021, chegando a 36,6 mil associados no final do exercício.

Impulsionados pelo propósito de levar os Princípios do Cooperativismo Financeiro a um número cada vez maior de pessoas, chegamos aos municípios de Mogi Guçu, Analândia e Santa Bárbara d'Oeste. Internamente, criamos uma quarta Divisão Regional para estarmos mais próximos e presentes dos nossos colaboradores e associados. Com base na cidade de Campinas, a Divisão já é responsável por cinco agências e futuras unidades serão incorporadas a ela.

Outros quatro Postos de Atendimento mudaram de local, proporcionando maior conforto, beleza e comodidade aos associados de Santa Rosa de Viterbo, Santa Cruz das Palmeiras, Itu e São Simão.

Seguimos firmes com um plano de expansão arrojado e com pretensão de abertura de novas unidades em municípios promissores.

Queremos manter e melhorar ainda mais nosso posicionamento no ranking das 346 cooperativas filiadas ao Sistema Sicoob. Para se ter ideia, em Ativos ocupamos a 49ª posição; em Captação chegamos ao 39º lugar; e nosso Patrimônio Líquido já é o 54º maior dentre todas elas. São posições de destaque que comprovam nossa capilaridade e solidez no mercado cooperativo financeiro.

Esses números se reverberam em outras áreas. O Resultado Social Econômico, composto pela economia em juros, encargos e tarifas que os associados pouparam ao operar com a Cooperativa foi de R\$ 123,8 milhões. Um montante que é aplicado nas comunidades a favor do desenvolvimento e fomento dos mais variados negócios.

Os Princípios Cooperativistas são a nossa direção. O Interesse pela Comunidade encaminha as diversas ações de cunho social e filantrópico com benefício às populações de diferentes localidades. Em 2022, idealizamos e apoiamos inúmeras iniciativas com destaques para arrecadações de agasalhos e cobertores durante o inverno e uma ação de coleta de alimentos para as celebrações de fim de ano, beneficiando entidades que assistem pessoas de maior vulnerabilidade social em todos os municípios com atuação do Sicoob Crediguçu.

Trabalhamos para que você, associado, esteja cada vez mais presente em nossa instituição usufruindo de soluções financeiras adequadas e personalizadas à sua atividade. Seguimos juntos em busca de novos projetos e de novos sonhos que enalteçam o Sicoob Crediguçu, sem nunca deixar para trás o valor das relações que sempre mantivemos. Muito obrigado!



Antonio Carlos de Mello
Presidente do Conselho
de Administração

Mauro Benedito de Lima
Presidente da Diretoria
Executiva



É PIC! É PIC! É PIC!

SICOOB CREDIGUAÇU COMPLETA 30 ANOS E PRESENTEIA COOPERADOS COM DIVERSAS AÇÕES



Em 2022, a Crediguaçu completou 30 anos de atividades. Para celebrar a data, a Cooperativa promoveu diversas ações que envolveram associados, colaboradores e as comunidades onde está inserida. Campanhas promocionais, eventos comemorativos e iniciativas de cunho social marcaram o calendário festivo da instituição.

Aliás, não faltaram motivos para comemorar. A Crediguaçu completou sua terceira década de operações consolidada como uma das 50 maiores cooperativas do Sicoob (Sistema de Cooperativas de Cré-

dito do Brasil). Os números apurados no fechamento do exercício comprovam esse posicionamento. Outro fato importante é que em 30 anos de atividades, a Crediguaçu sempre entregou resultados positivos aos associados.

O planejamento das atividades iniciou ainda em 2021 com o desenvolvimento de um selo comemorativo. O símbolo representou a história da Cooperativa por meio de uma releitura das logomarcas antigas e trazendo um aspecto de modernidade, mostrando que o Sicoob Crediguaçu se adaptou às transforma-

ções do mundo contemporâneo e, principalmente, às necessidades dos seus associados.

O calendário, que costumeiramente é distribuído aos associados, retratou, a cada mês, os fatos mais importantes da história da Cooperativa. O ápice das festividades aconteceu no mês de Junho, quando é celebrado o início das operações. A programação contou com o tradicional “Parabéns”, com direito a bolo e quitutes, em todos os Postos de Atendimento e Unidades Administrativas.

As celebrações continuaram com promoções e sorteios de prêmios que mobilizaram associados de todas as cidades, além de campanhas especiais de crédito com taxas comemorativas que seguiram até o final do ano.



A tradicional festa de confraternização com os colaboradores, realizada no mês de novembro, foi um momento de celebração junto aos fundadores e daqueles que passaram pelos conselhos da Cooperativa ao longo dos anos, oportunidade em que todos foram homenageados como forma de reconhecimento pela importância de cada um na história da Crediguaçu.



Comemorações aconteceram na Central Administrativa e em todos os Postos de Atendimento



HISTÓRIA - A Crediguaçu iniciou suas atividades na cidade de Descalvado/SP, a 357 km da capital paulista, no ano de 1992. O intuito de seus 35 fundadores era o de fomentar a produtividade rural e dar assistência financeira, inicialmente, aos produtores rurais. Em 2009, foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a admitir pequenos e microempreendedores em seu quadro social e, no ano de 2015, conquistou a condição de livre admissão para que qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente do ramo ou atividade, pudesse usufruir das suas oportunidades. No aniversário de 30 anos, a Cooperativa registrava 31,1 mil associados.

AGÊNCIAS EM NOVOS ESPAÇOS

SANTA ROSA DE VITERBO, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, ITU E SÃO SIMÃO MUDAM DE ENDEREÇO PARA NOVAS INSTALAÇÕES



Sempre visando a excelência e satisfação do quadro associativo, o Sicoob Crediguaçu reinaugurou as agências de Santa Rosa de Viterbo, Santa Cruz das Palmeiras, Itu e São Simão para locais mais amplos e modernos. Atento às necessidades de melhorias, o Sicoob Crediguaçu projetou os Postos de Atendimento para contemplarem todas as demandas com ainda mais qualidade e comodidade aos cooperados e colaboradores. Localizadas nas regiões centrais de cada município, as agências garantem maior acessibilidade e seguem o novo padrão de ambientação proposto pela marca Sicoob.



Outra vantagem proveniente das mudanças refere-se aos terminais de autoatendimento. Anteriormente, São Simão e Santa Cruz das Palmeiras não dispunham desta facilidade. Após as reinaugurações, essas agências passaram a se beneficiar dos terminais em horário estendido ao funcionamento das agências. A disposição dos ambientes foi estrategicamente pensada para dispor de mesas para atendimento, salas de espera, áreas para o café, caixas convencionais e sala gerencial. Santa Rosa de Viterbo e Santa Cruz das Palmeiras ainda oferecem mais um diferencial: os Postos de Atendimento possuem um local exclusivo para uso dos cooperados, a fim de

que utilizem para reuniões de negócios, treinamentos, pesquisas e estudos. Intitulada de CrediHouse, os espaços são um conceito inovador dentro das agências do Sicoob Crediguaçu. Voltado para o coworking, a sala de experiência já tem beneficiado a comunidade local e recebido feedbacks positivos por parte do nosso quadro associativo. As revitalizações são um marco para a história do Sicoob Crediguaçu e para os municípios beneficiados, pois impulsionam ainda mais a força do cooperativismo nas regiões onde já atuamos e contribuem positivamente para o sucesso do modelo de negócios cooperativista.



COOPERATIVA CHEGA A 34 AGÊNCIAS COM INAUGURAÇÕES EM MOGI GUAÇU, ANALÂNDIA E SANTA BÁRBARA D'OESTE



O Sicoob Crediguaçu segue firmemente seu projeto de expansão chegando e marcando presença em importantes municípios do interior paulista. Em 2022, foram abertos três novos Postos de Atendimento nas cidades de Mogi Guaçu, Analândia e Santa Bárbara d'Oeste. Mais que oportunidades de negócios, o propósito da Cooperativa é de levar o senso de pertencimento, a responsabilidade social e promover a justiça financeira ao gerar resultados às comunidades. E é isso que tem acontecido.

A Cooperativa investiu na adequação de prédios nas cidades de Mogi Guaçu e Santa Bárbara d'Oeste que receberam agências modernas e dotadas do padrão e modernidade do Sistema Sicoob. Ambas as unidades foram ligadas à Divisão Regional de Campinas do Sicoob Crediguaçu. Em Analândia, cidade com uma população estimada de 5,1 mil pes-



SANTA BÁRBARA D'OESTE

soas, a Cooperativa encontrou dificuldades em encontrar um imóvel com condições para estruturar uma agência logo de início. O propósito de levar justiça financeira à cidade e facilitar a vida dos cooperados da localidade não podia esperar, já que os associados se deslocavam às agências de Santa Cruz da Conceição e Pirassununga. Por este motivo, a Cooperativa locou um ponto provisório até que um novo espaço com as condições ideais fosse preparado para sediar a agência em definitivo.

Todas as agências do Sicoob Credi-

guaçu, vale lembrar, primam pelo conforto, comodidade e facilidade de acesso aos cooperados. Os espaços são planejados e estruturados de acordo com o guia de ambientação das agências proposto pelo Sicoob, o que garante padrão em todas as unidades da Cooperativa. O Sicoob Crediguaçu está empenhado em cumprir um audacioso Plano de Expansão com previsão de abertura de outras 15 agências até o ano de 2025. Até lá, serão 49 unidades físicas e uma digital, totalizando 50 Postos de Atendimento.

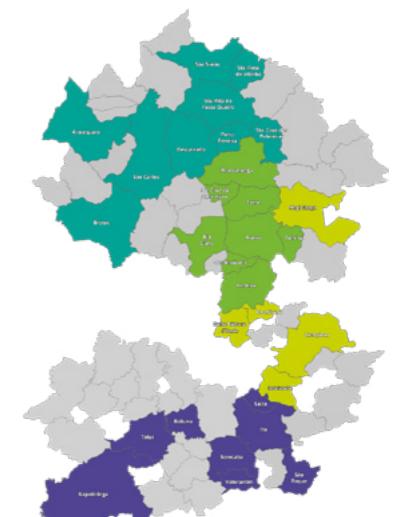


ANALÂNDIA



DIVISÕES REGIONAIS

Com o crescente plano de expansão do Sicoob Crediguaçu e abertura de agências em novos municípios, a Diretoria Executiva estruturou uma nova divisão regional com o intuito de realizar um acompanhamento mais efetivo e direto dos superintendentes a cada Posto de Atendimento. Anteriormente, as agências estavam agrupadas em três regionais com bases nas cidades de Descalvado, Rio Claro e Sorocaba. A nova divisão tem sede em Campinas e abrange, também, as agências das cidades de Americana, Indaiatuba, Mogi Guaçu e Santa Bárbara d'Oeste, inicialmente. Com o realinhamento, cada regional passou a ter, em média, dez Postos de Atendimento, garantindo um contato mais próximo com os colaboradores e associados, razões de ser de nossa instituição.





OBRAS DA SEDE ADMINISTRATIVA AVANÇAM E PRÉDIO ESTÁ PRONTO PARA SER INAUGURADO



As obras de construção da nova Sede Administrativa do Sicoob Crediguaçu continuam em ritmo avançado. Localizado defronte à Praça Barão do Rio Branco, na área central de Descalvado, o empreendimento já é referência entre os moradores da cidade e seus visitantes, dada sua magnitude, beleza e modernidade. A Cooperativa entregou a primeira parte da construção no final de 2020 e transferiu para o novo espaço algumas das repartições administrativas bem como o Posto de Atendimento de Descalvado. A primeira planta conta com três pavimentos dotados de toda a infraestrutura necessária para acomodar os setores, além de salas de reuniões, cozinhas e sanitários. Concluída a primeira etapa, foi iniciada a construção de um segundo prédio, também com três pavimentos, preparado para receber as demais unidades administrativas, além de novas salas de

reuniões, ampla recepção e um espaço reservado para abrigar a sala de memórias e biblioteca da instituição. Com a inauguração da nova planta, alguns dos setores instalados provisoriamente no primeiro prédio serão transferidos para o segundo, dando espaço a um auditório com capacidade para aproximadamente 80 pessoas. O Sicoob Crediguaçu está investindo, ainda, na construção de um espaço alternativo de 900 m² para abrigar os seus veículos próprios e que servirá, também, para realização de eventos como reuniões, confraternizações e convenções com capacidade para acomodar um número maior de pessoas. Neste espaço, estão sendo instaladas placas de energia fotovoltaica que alimentará todo o complexo, proporcionando maior economia de recursos e atendendo aos princípios de sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIA TESTADA E APROVADA

ASSOCIADOS APROVAM ATENDIMENTO E RECOMENDARIAM SICOOB CREDIGUAÇU A FAMILIARES E AMIGOS

O ano de 2022 começou com uma excelente notícia ao Sicoob Crediguaçu: os associados estão satisfeitos com o atendimento prestado e indicariam a Cooperativa às pessoas próximas.

Uma Pesquisa de Satisfação aplicada logo no início do ano aferiu, entre outros itens, questões relacionadas ao atendimento, instalações físicas e acessibilidade dos Postos de Atendimento e a referência da instituição em cada uma das cidades onde atua. 98,4% dos respondentes afirmaram que indicariam o Sicoob Crediguaçu a familiares e amigos. 97,2% dos entrevistados disseram, ainda, serem bem recebidos pela equipe e possuírem fácil acesso aos gerentes. A Pesquisa também analisou aspectos ligados à localização, acesso e instalações físicas dos Postos de

Atendimento. Mesmo considerando as necessidades particulares de algumas unidades que ainda demandavam melhores acomodações, os referidos itens foram bem avaliados. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito Insatisfeito" e 5 equivale a "Muito Satisfeito", 89,7% dos entrevistados atribuíram notas 4 e 5 ao quesito de boa localização e facilidade de acesso das agências. Quanto ao conforto, comodidade e privacidade das unidades, 86,1% atribuíram as notas máximas.

A Pesquisa de Satisfação foi encaminhada pelo Conselho de Administração da Cooperativa e serviu para a análise detalhada de cada uma das agências com o intuito de entender as necessidades dos associados e propor melhorias.



98,4%

afirmaram que indicariam o Sicoob Crediguaçu a familiares e amigos.



CREDIHOUSE

COOPERATIVA DISPONIBILIZA ESPAÇOS DIFERENCIADOS EM SUAS NOVAS AGÊNCIAS

Projeto une propostas de coworking e lan house aos associados

Inovação é a palavra-chave que tem guiado os passos do Sicoob Crediguaçu. Em 2022, a cooperativa colocou em prática a proposta de levar para suas agências um ambiente diferenciado para que os associados possam realizar reuniões, coworking, pesquisas e estu-

dos. Intitulada de “CrediHouse”, o projeto tem trazido resultados positivos aos associados e comunidades. Os espaços foram projetados em prédios que receberam novas unidades da Cooperativa. O projeto iniciou-se primeiramente em Santa Rosa de Viterbo, com a mudança de endereço do Posto de Atendimento, e na sequência, em Santa Cruz das Palmeiras. A ideia também é válida para unidades da cooperativa abertas em novos municípios, como aconteceu em Santa Bárbara D’Oeste.



Santa Rosa de Viterbo



Santa Bárbara D’Oeste



Santa Cruz das Palmeiras



As salas possuem um design contemporâneo e totalmente desconstruído, com ilustrações coloridas grafadas nas paredes e feitas à mão. O objetivo é proporcionar um espaço convidativo, com móveis confortáveis, acompanhados de tapetes e conjunto de mesas laterais, todos com o mesmo conceito estético de modernidade. A sala ainda conta com uma área para refeições rápidas, frigobar e mesa para café.

Mais do que beleza, a proposta está em facilitar a vida dos associados do Sicoob Crediguaçu, oferecendo a eles um espaço para promoverem encontros com seus fornecedores e clientes, para que seus filhos realizem estudos e pesquisas, tudo com conforto e com as ferramentas que precisam. A iniciativa, idealizada pelo Conselho de Administração,

contempla o Planejamento Estratégico 2022-2024 e vai de encontro com a essência cooperativista de levar muito mais do que serviços financeiros. Ao oferecer mais esse diferencial, o intuito é que este novo espaço torne o associado ainda mais feliz e satisfeito com a Cooperativa. As experiências vividas até o momento foram de bom proveito aos usuários. No quesito Educação, crianças e jovens também já usufruem do local para estudos e atividades lúdicas. O projeto tem chamado atenção da comunidade local, bem como de entidades que incentivam o empreendedorismo e o desenvolvimento de negócios. A expectativa é que o projeto se estenda a mais cidades em que a cooperativa atua e pretende atuar, e que possa gerar ainda mais parcerias de sucesso.

COTAS DA SORTE CREDIGUAÇU ALCANÇA R\$ 3,7 MILHÕES EM INTEGRALIZAÇÕES E CONTEMPLA ASSOCIADOS COM IPHONES E CARRO 0 KM

Em campanha inédita para integralização de capital, o Sicoob Crediguaçu mobilizou e distribuiu prêmios aos associados. Realizada entre os meses de julho a dezembro de 2022, a "Cotas da Sorte Crediguaçu" alcançou a marca de R\$ 3,7 milhões em integralizações. A cada R\$ 200,00 depositados na Conta Capital, o participante tinha direito a um cupom para concorrer a dois aparelhos iPhone 13 e um Renault Kwid 0 km.

Com extrações da Loteria Federal, os aparelhos celulares saíram para Benedito Pescador, da cidade de Leme, e para Dirceu Vedolin, de Pirassununga. Já o carro saiu para a empresa Comércio de Confecções Clamarroca LTDA, de Itapetininga.

Associados das 34 agências do Sicoob Crediguaçu e do Posto de Atendimento Digital aderiram à cam-

panha que tem por objetivo aumentar o Capital Social da Cooperativa, contribuindo, assim, com a somatória do Patrimônio Líquido apurado no exercício financeiro. São esses índices que garantem a solidez e capilaridade do Sicoob Crediguaçu.

A integralização de capital, vale lembrar, é uma excelente oportunidade de investimento para o cooperado. Com remuneração de 100% da taxa Selic, o montante pode ser resgatado pelo associado quando completar 70 anos de idade ou nas ocasiões previstas no Estatuto Social, livre da dedução de impostos.

Com o sucesso da campanha, o Conselho de Administração da Cooperativa propôs uma nova edição logo na sequência da primeira e pretende torná-la permanente com premiações a cada semestre.



Benedito Pescador e Dirceu Vedolin,
ganhadores dos iPhones da promoção



A entrega do carro a Paulo Leonel, representante da empresa, aconteceu em Itapetininga junto aos dirigentes e colaboradores da Cooperativa



ASSOCIADOS RECEBEM PRÊMIOS DAS PROMOÇÕES DO SICOOB



Especialista em entregar soluções financeiras aos associados e sortudo ao portar prêmios das campanhas promovidas pelo Sicoob em âmbito nacional aos cooperados. Assim é o Sicoob Crediguaçu! Em 2022, foram R\$ 39 mil em prêmios provenientes das promoções “Investir é para Todos”, “Proteção Premiada” e “Poupança Premiada” distribuídos nas agências da Cooperativa, além de uma premiação da Campanha de Seguro PPR (Proteção por Perda e Roubo) do Sicoobcard.

A Promoção “Investir é para Todos” aconteceu nos meses de junho e julho e incentivou os associados a realizarem seus investimentos nas cooperativas do Sicoob. Ao todo foram R\$ 10 milhões distribuídos em todo o território nacional. Nesta ação, a Crediguaçu entregou os prêmios a 18 associados, sendo um de R\$ 10 mil e outros 17 no valor de R\$ 1 mil para cada um, conforme mostra o quadro ao lado.

A Campanha Proteção Premiada contemplou a associada Edna Mangerona Corneta com um prêmio de R\$ 5 mil. Ao adquirir um Seguro de Vida no Posto de Atendimento de São Carlos, ela recebeu um número da sorte para participar do sorteio e foi uma das ganhadoras. A Gerente Patrícia Boldrin também recebeu uma gratificação de 500 pontos no Shopping Virtual Coopera por ter oferecido o produto à cooperada.

Eder Leite da Cruz, de Rio Claro, foi o sortudo da Promoção Poupança Premiada e levou R\$ 2 mil da campanha. Já Vivian Manoel Paes Moretto, do Posto de Atendimento de Sorocaba Norte, contratou um seguro de proteção por perda e roubo do seu Sicoobcard e faturou um prêmio de R\$ 5 mil.

O anúncio das contemplações, como não poderia deixar de ser, causou surpresa e emoção aos ganhadores nas diferentes cidades.

CONTEMPLADO	LOCAL
Ana Paula Rodrigues Leitão	PA 26 - Campinas
Aquiles Valentin Cincian	PA 09 - Leme
Atílio Travagim	PA 04 - Pirassununga
Bochini e Gaspareto Advogados Associados	PA 19 - Itu
Celio Franco de Oliveira	PA 28 - Americana
Elaine Christina Falanga da Silva	PA 01 - São Carlos
Empreendimentos Imobiliários Quatro Irmãos	PA 18 - Itapetininga
Fabíola Tambolim	PA 11 - Sta. Cruz da Conceição
Fernando Migliati Factor	PA 00 - Descalvado
Helio Antonio Bonfogo	PA 09 - Leme
Jarbas Sebastião Rosin	PA 04 - Pirassununga
Júnior Aparecido Marinho	PA 02 - Porto Ferreira
Leoni Francisca de Almeida	PA 21 - Tatuí
Miriam Omeki Tanque	PA 28 - Americana
Osvaldemir Benedito da Silva	PA 08 - Araras
RCP – Papéis Unipessoal LTDA	PA 07 - Rio Claro
Terezinha Ribeiro Rodrigues	PA 05 - Santa Rosa de Viterbo
Vanessa Roberta Vieira de Oliveira	PA 00 - Descalvado

EM PIRASSUNUNGA, ASSOCIADO ACELERA MOTO 0 KM DA MÁQUINA DE PRÊMIOS SIPAG

A Promoção Máquina de Prêmios SIPAG contemplou com uma moto Honda CG 160 o proprietário da Cantina Bom Jesus, de Pirassununga, Ronnie Von Alves Pereira, associado do Sicoob Crediguaçu na cidade.

O estabelecimento, credenciado ao meio de adquirência SIPAG, participou de um sorteio com os valores transacionados em sua maquininha de cartão. A campanha distribuiu 36 motocicletas e quatro veículos em todo o Brasil.

O Sicoob Crediguaçu preparou uma surpresa para entregar o prêmio. A equipe da Cooperativa agendou um almoço na cantina de Ronnie e adiantaram ao contemplado que precisariam colher depoimentos de cooperados que usam a solução de pagamentos SIPAG. Ao ser entrevistado, Ronnie foi surpreendido pelo anúncio, que causou alegria e emoção também em seus funcionários e nos clientes que estavam presentes.





PROMOÇÃO “DIA DAS CRIANÇAS COM SICOOCARD” PREMIA ASSOCIADA COM IPHONE 13

A empresa de Transportes e Logística Conexão Global, da cidade de Campinas, foi contemplada com um iPhone 13 da Promoção “Dia das Crianças com Sicoobcard”. Durante o mês de Outubro de 2022, a cada 500 reais gastos na modalidade crédito, o cooperado tinha direito a um cupom da sorte. A campanha foi uma iniciativa própria do Sicoob Crediguaçu e incrementou a receita do produto.



Rúbia Seixas comemora o recebimento do prêmio em Campinas

Mais de 28 mil cupons participaram do sorteio. Para comemorar a contemplação, o Sicoob Crediguaçu fez questão de entregar o prêmio pessoalmente para a representante da empresa, Rúbia Seixas. Ela recebeu o aparelho eletrônico na própria agência junto da Coordenadora de Estratégia e Negócios, Natália Bertini, do Gerente do Posto de Atendimento Heder Wagner de Oliveira e toda sua equipe.

Rúbia foi recebida durante um café da manhã na agência e contou como ficou surpresa quando soube da notícia. “Quando eu recebi a ligação de vocês, fiquei sem palavras. Não acreditei! Eu uso o cartão Sicoobcard diariamente e gosto bastante. Ele me ajuda muito no fluxo de caixa. Estou super feliz e agradecida pelo prêmio. Obrigada Sicoob Crediguaçu”, concluiu a ganhadora.



OPORTUNIDADES AOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS

ASSOCIADOS DO SICOOB CREDIGUAÇU RECEBEM R\$ 70 MILHÕES DO PRONAMPE

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Governo Federal, contemplou 830 cooperados do Sicoob Crediguaçu. As propostas transacionadas pela Cooperativa em 2022 ultrapassaram R\$ 70 milhões, gerando oportunidades, notadamente ao Capital de Giro e aos investimentos dos microempreendedores e de micro e pequenas empresas associadas à Cooperativa. Para a instituição, o resultado foi surpreendente e deve-se à agilidade e empenho das equipes de todos os Postos de Atendimento do Sicoob Crediguaçu que viram a oportunidade de oferecer mais essa solução

financeira aos associados, contribuindo, dessa forma, com o crescimento dos mais variados negócios nas diferentes regiões.

O valor emprestado a cada empresa é equivalente a até 30% da sua receita bruta anual, limitado a R\$ 150 mil por CNPJ. Dentre as facilidades do programa estão as taxas de juros atrativas, planos de 48 meses e carência de até 11 meses para começar a pagar. As facilidades do Pronampe evidenciam a essência do Cooperativismo em empreender para transformar a vida das pessoas, uma das primícias do Sicoob Crediguaçu.





DE CARA NOVA

COOPERATIVA MIGRA SITE OFICIAL À INTERFACE DO SICOOB

A fim de padronizar a comunicação e garantir maior segurança ao ambiente virtual, o Sicoob Crediguacu se adaptou às recomendações do Sistema Sicoob de unificar os sites de todas as cooperativas para a URL "sicoob.com.br". Agora a cooperativa está integrada ao novo endereço e conta com um layout moderno, de fácil navegação e com mais rapidez e agilidade. O website está realmente de cara nova. As transformações incluíram mudanças estruturais para melhorar a usabilidade, sem deixar de lado a parte estética e a identidade visual do Sicoob. Os textos seguem um padrão de tipografia que torna a leitura mais agradável e a distribuição de informações apresenta uma hierarquia clara de conteúdos, divididos em quatro principais abas disponíveis no menu principal: "O Sicoob", "Produtos", "Notícias" e "Abra sua Conta".

Para garantir a disposição correta e simplificada dessas informações, a cooperativa avaliou as possíveis e mais adequadas formas de organização dentro do padrão já definido pelo Sicoob e após as edições e

aprovação por parte dos dirigentes, o novo site foi ao ar e passou a contemplar todos os assuntos obrigatórios e necessários de conhecimento ao cooperado. As informações vão desde a história da Cooperativa, o portfólio e bens à venda, relatórios, demonstrações financeiras, informações sobre prevenção contra golpes, entre outros. Adaptado para navegação em tablets e smartphones, o site também apresenta as campanhas vigentes, números atualizados sobre a instituição, área de login, notícias do Sicoob Crediguacu e outras referentes ao sistema.

Outro benefício resultante desta mudança foi a facilidade de atualização e criação de novos conteúdos, uma vez que o Sicoob Crediguacu passou a ter autonomia direta em relação às configurações internas do website, além de contar também com o apoio do Centro Cooperativo Sicoob (CCS) para possíveis dúvidas e alterações estruturais, quando necessário.

Para acessar, basta digitar "crediguacu.com.br" no navegador para ser direcionado à URL do Sicoob.



MUITO ALÉM DE SERVIÇOS FINANCEIROS

CAMPANHAS SOCIAIS BENEFICIAM COMUNIDADES CARENTES

Motivado pelos valores cooperativistas de solidariedade, justiça social e equidade, durante o ano de 2022 o Sicoob Crediguacu exerceu sua responsabilidade social através da "Campanha do Agasalho: Doe Calor, Coopere com Amor" e "Natal de Cooperação: Alimento na mesa com a família feliz". As arrecadações de roupas e alimentos foram entregues aos Fundos Sociais e entidades filantrópicas de diversos municípios da área de atuação da cooperativa.

Nossos associados e colaboradores foram sensibilizados pelo propósito das campanhas sociais e abraçaram as iniciativas com carinho e solidariedade. Durante a Campanha do Agasalho foram arrecadados mais de 1,4 mil peças de roupas, dentre mantas, toucas, casacos e calçados. O mesmo aconteceu durante o mês de dezembro com a arrecadação de alimentos que fizeram a diferença na vida de inúmeras famílias em vulnerabilidade social. Em ambas as campanhas, os Postos de Atendimento dispunham de caixas expostas em locais visíveis para o recebimento das doações.

Para o Diretor-Presidente, Mauro Benedito de Lima, essas ações demonstram a importância em ajudar

o próximo e o empenho da Cooperativa em atividades de cunho social. "Estas campanhas são mais uma forma de demonstrarmos à comunidade que nós do Sicoob Crediguacu estamos interessados em contribuir para a solução dos problemas sociais. Por este motivo, é tão importante estarmos sempre munidos do propósito de dar um pouco de si em prol dos mais necessitados", afirmou.

Para os próximos anos, o Sicoob Crediguacu planeja mais iniciativas como essas, a fim de fortalecer o comprometimento de seus cooperados e colaboradores em benefício das comunidades onde estamos presentes.



Arrecadações ocorreram nas cidades de atuação da Cooperativa e foram destinadas a fundos e entidades que assistem famílias necessitadas

RESPONSABILIDADE SOCIAL, PÕE NA CONTA!

SICOOB CREDIGUAÇU LEVA EDUCAÇÃO FINANCEIRA A CRIANÇAS NA SEMANA MUNDIAL DO INVESTIDOR

A WIW (World Investor Week) ou Semana Mundial do Investidor, em português, foi especial para o Sicoob Crediguaçu no ano de 2022. Em uma ação inédita, a Cooperativa participou da mobilização promovendo encontros sobre Educação Financeira com crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As reuniões aconteceram nas CrediHouse's, espaços criados para relacionamento e interação de cooperados em Santa Rosa de Viterbo e Santa Cruz das Palmeiras. Ao todo, 86 crianças participaram das iniciativas por meio de parcerias firmadas com colégios das cidades. Os estudantes acompanharam a contação do livro "Caio achou uma Moedinha" feita por um colaborador voluntário caracterizado e depois assistiram ao vídeo "Seu Roberval, Põe na Conta", ambas as histórias pertencem ao catálogo da Coleção Financinhas, do Instituto Sicoob. O programa aborda, através de uma linguagem lúdica e acessível ao repertório da infância, questões ligadas ao contexto financeiro como sonhos, necessidades e desejos. Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os livros tratam da educação financeira como tema transversal.

Nas reuniões promovidas pelo Sicoob Crediguaçu, as crianças ainda comentaram sobre os ensinamentos e compartilharam suas experiências no trato com o dinheiro.

A iniciativa, somada à realização da ação social no Dia das Crianças em Descalvado, rendeu à Cooperativa uma premiação pelo número de pessoas alcançadas com a proposta da Coleção Financinhas.



INSTITUTO SICOOB

Referência pelos serviços prestados e também pelas diversas ações de cunho social que realiza em prol às comunidades, o Sicoob Crediguaçu foi convidado a aderir ao Instituto Sicoob, instituição privada de utilidade pública e sem fins lucrativos ligada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

O órgão propõe um portfólio de programas e projetos que tratam, prioritariamente, de temas ligados ao Cooperativismo e Empreendedorismo, Cidadania Financeira e Desenvolvimento Sustentável. Com atuação em todo o país, são planejadas iniciativas conjuntas e integradas às cooperativas do Sicoob de maneira a difundir a cultura cooperativista alinhada aos princípios das instituições além de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A partir da assinatura do termo de adesão, em junho de 2022, a Cooperativa designou um colaborador para atuar como Pessoa de Apoio Estratégico (PAE) e para traçar as ações conjuntamente ao Instituto Sicoob. Com a adesão, passamos a atuar nos principais programas e temos mobilizado os nossos colaboradores

e se capacitarem para atuarem como voluntários nas iniciativas propostas.

O Instituto Sicoob é signatário do Pacto Global da ONU e atua pela disseminação dos 17 ODS e dos princípios da Agenda 2030 no âmbito das Entidades Sicoob.



Apresentações surpreenderam o público em Santa Rosa de Viterbo e Santa Cruz das Palmeiras. Ação deve prosseguir em 2023



CRIANÇA COOPERA

Despertar o valor da Cooperação desde a etapa inicial da vida. Esse foi um dos objetivos do Sicoob Crediguaçu ao promover o evento "Criança Coopera" realizado no Dia das Crianças na Praça Barão do Rio Branco, em Descalvado. Aproximadamente duas mil pessoas circularam pelo espaço ao longo de seis horas de atividades.

A ação consistiu na arrecadação de mantimentos por parte das crianças que, em contrapartida, receberam brindes e cartilhas de educação financeira, participaram de diversas atrações culturais e artísticas, além de brinquedos infláveis e pula-pula. Os alimentos foram encaminhados a entidades que atuam na assistência às famílias necessitadas.

O "Criança Coopera" foi realizado com a chancela do Instituto Sicoob - órgão criado na estrutura do Sistema Sicoob para difundir a cultura cooperativista e contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades -. A iniciativa mobilizou mais de 30 colaboradores da Central Administrativa que participaram voluntariamente da ação, doando tempo e suas habilidades a favor dos participantes.

O evento entrou para o calendário de ações sociais da Cooperativa junto a outros projetos que contemplam os propósitos da organização.







QUADRO FUNCIONAL

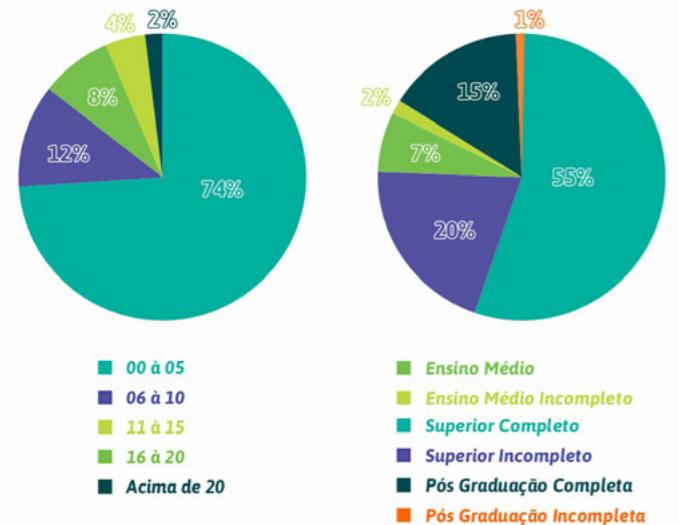
Nossos talentos em 31/12/2022



311
em números

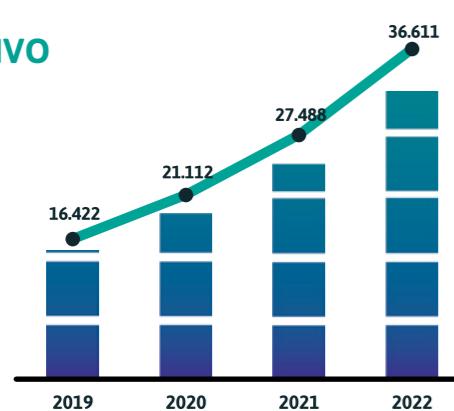


TEMPO DE CASA ESCOLARIDADE



QUADRO ASSOCIATIVO

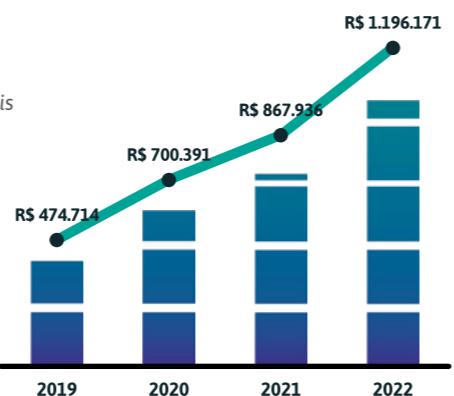
Em unidade



Nosso quadro associativo cresceu **33,18%** em relação a 2021, fechando o exercício com 36.611 cooperados, dos quais **22.871** são pessoas físicas e **13.740** pessoas jurídicas.

EVOLUÇÃO DO ATIVO

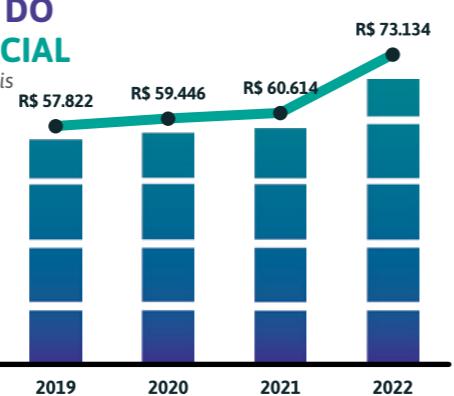
Em milhares de reais



Em 2022, o Sicoob Crediguaçu ultrapassou a marca de um bilhão de ativos, finalizando o exercício com um montante de **R\$ 1.196.171.404,60**. A importância representa evolução de **37,82%** em comparação ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em milhares de reais



O Capital Social do Sicoob Crediguaçu observou crescimento de **20,66%** no período comparativamente ao anterior. Em campanha inédita para integralização de capital somada à adesão de novos associados, o montante apurado no exercício foi de **R\$ 73.134.219,62**.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE DEPÓSITOS

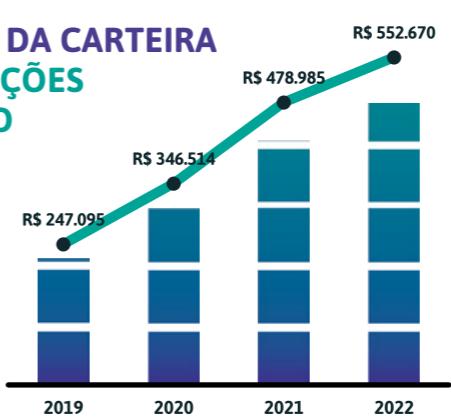
Em milhares de reais



O somatório de depósitos à vista e a prazo resultou em uma carteira de **R\$ 998.371.781,17** no exercício findo em 2022, evolução de **47,22%** em relação ao anterior.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

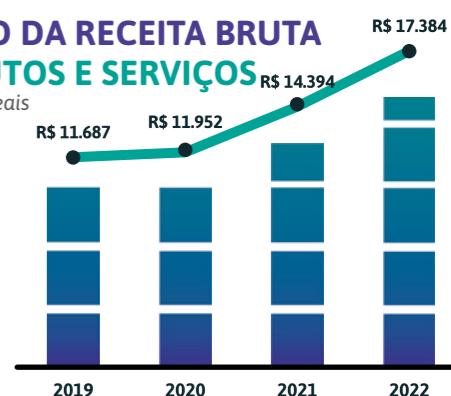
Em milhares reais



A Carteira das Operações de Crédito observa evolução de **15,38%** em relação ao exercício anterior, totalizando o montante de **R\$ 552.670.676,60** em 2022.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

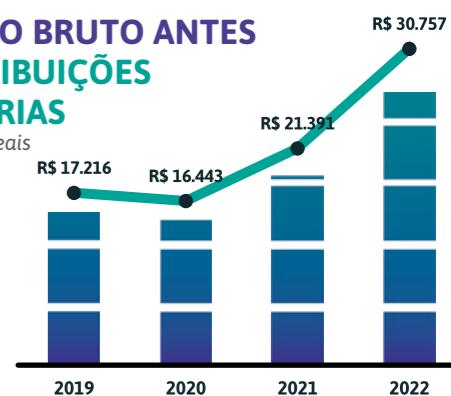
Em milhares de reais



A Receita Bruta de Produtos e Serviços obtida pela comercialização de soluções aos associados no período de 2022 atingiu o montante **R\$ 17.384.310,57** evolução de **20,77%** em comparação ao ano anterior.

RESULTADO BRUTO ANTES DAS DISTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS

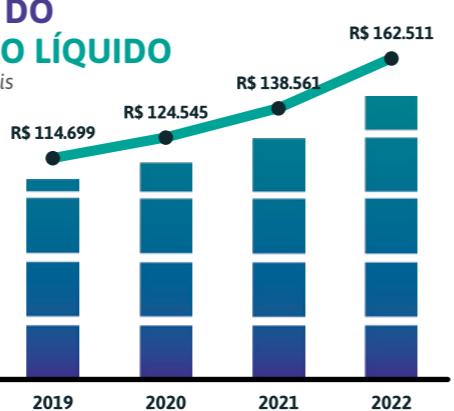
Em milhares de reais



O Resultado Bruto antes das Distribuições Estatutárias no ano de 2022 foi de **R\$ 30.757.340,28**, o que representa um aumento de **43,78%** em relação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais



A apuração do Patrimônio Líquido considera o somatório do Capital Social, Reserva de Sobras e Sobras Acumuladas do período. Em 2022, essa soma foi de **R\$ 162.511.018,07** o que representa um crescimento de **17,28%** em comparação ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em milhares reais



A Receita Bruta proveniente das Operações de Crédito obtida pela Cooperativa no exercício de 2022 foi de **R\$ 113.035.846,94**. Um crescimento de **72,84%** comparativamente ao período anterior, que se justifica, entre outros fatores, pelo aumento da taxa SELIC praticada no exercício.

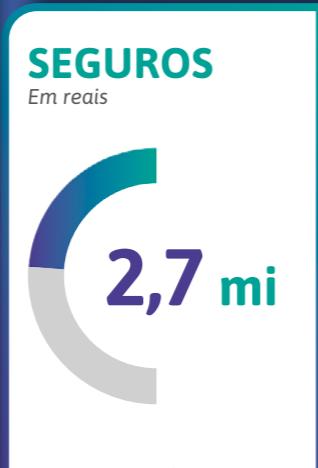
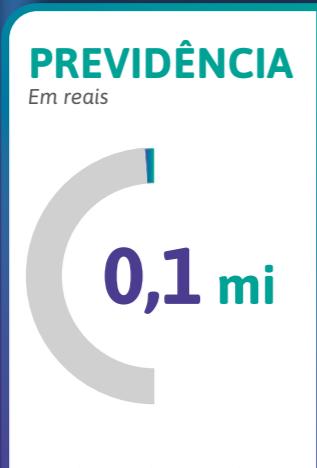
RESULTADO DO EXERCÍCIO

O exercício de 2022 teve uma sobra bruta de **R\$ 30.757.340,28**. Deste valor, foram deduzidos **R\$ 7.874.577,88** referente ao pagamento de juros ao capital; **R\$ 1.097.648,26** para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) pago aos colaboradores; **R\$ 11.546.110,49** para o Fundo de Reserva Legal; **R\$ 1.524.957,99** para o FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social). Com as deduções, resultou uma sobra de **R\$ 8.714.045,66** que é colocada à disposição da Assembleia Geral Ordinária, para determinar sua destinação.



RECEITA BRUTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

A **Receita Bruta de Produtos e Serviços** é a somatória dos valores e incrementos obtidos pela Cooperativa na comercialização de soluções financeiras aos seus associados. Além de proporcionar economia ao praticar preços e taxas diferenciadas em relação ao mercado, esses números contribuem com o Resultado Anual da Cooperativa. Confira a evolução da receita dos principais produtos e serviços oferecidos pelo Sicoob Crediguçu:



Carlos Alberto Bianchi
Diretor Administrativo-Financeiro

Mauro Benedito de Lima
Diretor-Presidente

Milton Luiz do Amaral
Diretor de Negócios

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Com alegria e honrados pela confiança dos associados, celebramos mais um ano de conquistas e crescimento do Sicoob Crediguçu. As posições alcançadas pela Cooperativa no ranking do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil foram os melhores presentes deste ano, marcado pelas celebrações do 30º aniversário de nossa instituição.

Somado a isso, celebramos o crescimento em número de associados e colaboradores, a abertura de novos Postos de Atendimento e a reestruturação de agências que mudaram de local para atender ainda melhor as necessidades dos nossos associados.

Investimos em tecnologia e automatização de processos, o que, comprovadamente, causou agilidade e eficácia nos diversos atendimentos prestados pela Central Administrativa aos Postos de Atendimento.

Acompanhamos, passo a passo, a evolução das obras da Sede Administrativa que, no último ano, avançou significativamente e já é uma realidade aos nossos olhos e de toda a comunidade.

Internamente duas novas unidades foram criadas para, justamente, direcionar os trabalhos de cada área e oferecer melhor suporte às demandas de

nossas agências e demais colaboradores. A Unidade Administrativa concentra as atividades relacionadas a compras, contratos e manutenções enquanto que a Unidade de Governança e Investimento Social está a cargo do acompanhamento de processos, suporte aos conselhos e relacionamento com os associados. Estar cada vez mais perto dos nossos associados é um dos nossos propósitos. Dada a crescente expansão dos Postos de Atendimento, criamos uma quarta divisão regional com sede em Campinas. O intuito é o de acompanhamos efetivamente o desenvolvimento de cada agência, dando o suporte necessário e criando soluções aos nossos colaboradores e associados. Temos ao nosso lado pessoas preparadas e imbuídas dos nossos princípios e valores em todas as unidades e Postos de Atendimento para oferecer as soluções financeiras necessárias e adequadas a cada perfil de associado.

Chegar à Assembleia de associados e entregar, mais uma vez, resultados positivos comprova a seriedade do trabalho e o compromisso que temos alinhado junto aos demais dirigentes de seguir e por em prática a Missão, a Visão e os Valores do Sicoob Crediguçu.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira **SICOOB CREDIGUAÇU**.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a Cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1 | Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2 | Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3 | Nossa Cooperativa

O SICOOB CREDIGUAÇU é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

Conselho de Administração

Antonio Carlos de Mello - Presidente

Marcos Eduardo Pinese - Vice-Presidente

Conselheiros Vogais: Aldrin Alexandre Pinto de Oliveira, Edgard Andreazi Moreira, Gustavo Bianchi Izeppe, Mauricio Antônio Dotta e Silva e Rinaldo Rodrigues

Diretoria Executiva

Mauro Benedito de Lima - Diretor-Presidente

Milton Luiz do Amaral - Diretor de Negócios

Carlos Alberto Bianchi - Diretor Administrativo-Financeiro

4 | Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alcadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 90% nos níveis de "AA" a "C".

5 | Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da Administração da Cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da Cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob São Paulo e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão

ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa Cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6 | Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos. No exercício de 2022, o SICOOB CREDIGUAÇU registrou o total de 87 (oitenta e sete) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito. Das manifestações, 40 (quarenta) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7 | Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8 | Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	7,84%	20.262.365,72	18.788.676,54
Patrimônio Líquido	20,23%	162.511.018,07	137.809.168,62
Ativos	37,82%	1.196.171.404,60	867.936.389,37
Depósitos na Centralização Financeira	72,17%	582.022.442,70	338.057.047,85

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	33,19%	36.611	27.488
Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	-18,08%	150.980.970,11	184.293.100,85
Carteira Comercial	38,89%	436.781.379,08	314.490.519,76
Total	17,84%	587.762.349,19	498.783.620,61

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 13,71% da carteira, no montante de R\$ 80.555.191,70.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	18,17%	259.281.471,69	219.421.925,39
Depósitos a prazo	64,95%	624.141.149,29	378.384.052,42
LCA	46,62%	94.878.465,28	64.708.773,42
LCI	28,48%	20.070.694,91	15.621.121,53
Total	47,22%	998.371.781,17	678.135.872,76

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 11,92% da captação, no montante de R\$ 119.009.252,59.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
162.437.263,25	17,99%	162.437.263,25	137.670.893,62

9 | Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

Descalvado-SP, 17 de fevereiro de 2022.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos associados e administradores da **Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu** Descalvado SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras

não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relató-

rio de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

André Zerbetto Chinarello
Contador - CRC 1SP335254/O

Hildebrando Camargo
Contador - CRC 1SP192229/O-8



A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		1.196.171.404,60	867.936.389,37
DISPONIBILIDADES	4	5.620.493,01	8.614.550,72
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.189.535.111,18	838.777.492,26
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	3.285.938,52	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	13.518.622,60	-
Relações Interfinanceiras		582.022.442,70	338.057.047,85
Centralização Financeira	4	582.022.442,70	338.057.047,85
Operações de Crédito	7	587.762.349,19	498.783.620,61
Outros Ativos Financeiros	8	2.945.758,17	1.936.823,80
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	8.1	(36.082.754,46)	(20.205.878,14)
(-) Operações de Crédito		(35.091.672,59)	(19.797.692,87)
(-) Outras		(991.081,87)	(408.185,27)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	1.069.570,14	838.554,33
OUTROS ATIVOS	10	6.613.280,93	6.359.757,45
INVESTIMENTOS	11	-	10.792.559,21
IMOBILIZADO DE USO	12	36.025.484,89	27.839.313,58
INTANGÍVEL	13	1.020.204,53	1.224.826,64
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(7.629.985,62)	(6.304.786,68)
TOTAL DO ATIVO		1.196.171.404,60	867.936.389,37
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.196.171.404,60	867.936.389,37
DEPÓSITOS	14	883.422.620,98	597.805.977,81
Depósitos à Vista		259.281.471,69	219.421.925,39
Depósitos a Prazo		624.141.149,29	378.384.052,42
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		133.655.031,83	116.849.510,53
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	114.949.160,19	80.329.894,95
Relações Interfinanceiras	16	3.334.547,27	-
Repasses Interfinanceiros		3.334.547,27	-
Outros Passivos Financeiros	17	15.371.324,37	36.519.615,58
PROVISÕES	18	1.766.188,36	1.084.151,37
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	2.234.030,52	1.258.288,69
OUTROS PASSIVOS	20	12.582.514,84	13.129.292,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		162.511.018,07	137.809.168,62
Capital Social	21.a	73.134.219,62	60.614.141,53
Reservas de Sobras	21.b	80.662.752,79	69.116.642,30
Sobras ou Perdas Acumuladas	21.c	8.714.045,66	8.078.384,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.196.171.404,60	867.936.389,37

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		103.663.938,88	174.825.917,33	88.437.132,49
Operações de Crédito	23	67.377.942,02	117.106.461,19	73.887.657,79
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	35.b	36.100.058,34	57.533.517,62	14.524.948,14
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	185.938,52	185.938,52	24.526,56
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(63.386.994,23)	(97.277.890,47)	(25.963.020,63)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(45.039.017,37)	(72.933.896,08)	(17.836.026,50)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.b	(103.055,08)	(103.055,08)	(19.276,23)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(18.244.921,78)	(24.240.939,31)	(8.107.717,90)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		40.276.944,65	77.548.026,86	62.474.111,86
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(24.194.720,12)	(46.271.341,88)	(37.783.752,17)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	6.920.467,67	10.565.036,08	6.207.049,43
Rendas de Tarifas	26	2.256.670,68	3.918.516,31	3.189.659,81
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(19.882.757,63)	(37.340.845,83)	(30.195.197,84)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(16.143.359,92)	(30.008.167,09)	(24.608.425,67)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(534.629,43)	(876.027,07)	(428.170,46)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	5.189.707,15	11.004.704,95	10.859.505,28
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(2.000.818,64)	(3.534.559,23)	(2.808.172,72)
PROVISÕES	32	(212.487,60)	(530.272,31)	(514.504,61)
Provisões/Reversões para Contingências		(15.734,41)	(86.774,62)	(296.010,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(196.753,19)	(443.497,69)	(218.494,61)
RESULTADO OPERACIONAL		15.869.736,93	30.746.412,67	24.175.855,08
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	(1.195.136,15)	(1.511.820,81)	(1.748.463,91)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		14.674.600,78	29.234.591,86	22.427.391,17
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		45.248,61	-	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		25.280,38	-	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		19.968,23	-	-
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(1.097.648,26)	(1.097.648,26)	(1.036.005,31)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		13.622.201,13	28.136.943,60	21.391.385,86
JUROS AO CAPITAL		(7.874.577,88)	(7.874.577,88)	(2.602.709,32)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		5.747.623,25	20.262.365,72	18.788.676,54

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	13.622.201,13	28.136.943,60	21.391.385,86
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	13.622.201,13	28.136.943,60	21.391.385,86

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		59.547.197,11	(100.980,19)	59.158.643,73	5.940.586,26	124.545.447
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		2.978.832,08	-	-	(5.940.586,26)	(2.961.754,18)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.144.289,23	61.199,79	-	-	1.205.489,02
Por Devolução (-)		(5.499.297,96)	-	-	-	(5.499.297,96)
Estorno de Capital		(569,60)	-	-	-	(569,60)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	562.914,18	562.914,18
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	21.391.385,86	21.391.385,86
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(2.602.709,32)	(2.602.709,32)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.483.471,07	-	-	-	2.483.471,07
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	-	9.957.998,57	(9.957.998,57)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(1.315.207,36)	(1.315.207,36)
Saldos em 31/12/2021		60.653.921,93	(39.780,40)	69.116.642,30	8.078.384,79	137.809.168,62
Saldos em 31/12/2021		60.653.921,93	(39.780,40)	69.116.642,30	8.078.384,79	137.809.168,62
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados		4.054.426,13	-	-	(8.078.384,79)	(4.023.958,66)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.616.850,12	(185.429,86)	-	-	4.431.421,26
Por Devolução (-)		(3.184.977,21)	-	-	-	(3.184.977,21)
Estorno de Capital		(43.344,02)	-	-	-	(43.344,02)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.522.748,42	1.522.748,42
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	28.136.943,60	28.136.943,60
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(7.874.577,88)	(7.874.577,88)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	21.e	7.262.551,93	-	-	-	7.262.551,93
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	21.d	-	-	11.546.110,49	(11.546.110,49)	-
FATES - Atos Cooperativos	21.d	-	-	-	(1.524.957,99)	(1.524.957,99)
Saldos em 31/12/2022		73.359.428,88	(225.209,26)	80.662.752,79	8.714.045,66	162.511.018,07
Saldos em 30/06/2022		63.610.133,01	(100.008,52)	69.116.642,30	14.514.742,47	147.141.509,26
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		3.914.780,44	(125.200,74)	-	-	3.789.579,70
Por Devolução (-)		(1.386.086,48)	-	-	-	(1.386.086,48)
Estorno de Capital		(41.950,02)	-	-	-	(41.950,02)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.522.748,42	1.522.748,42
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	13.622.201,13	13.622.201,13
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(7.874.577,88)	(7.874.577,88)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	21.e	7.262.551,93	-	-	-	7.262.551,93
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	21.d	-	-	11.546.110,49	(11.546.110,49)	-
FATES - Atos Cooperativos	21.d	-	-	-	(1.524.957,99)	(1.524.957,99)
Saldos em 31/12/2022		73.359.428,88	(225.209,26)	80.662.752,79	8.714.045,66	162.511.018,07

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

2º semestre de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	30	(1.252.569,78)	(1.252.569,78)	(357.647,60)
Distribuição de Sobras e Dividendos	30	(1.245.216,34)	(1.678.459,95)	(363.383,76)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		18.244.921,78	24.240.939,31	8.107.717,90
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	29	196.753,19	443.497,69	218.494,61
Provisões/Reversões Não Operacionais	33	790.351,33	1.077.114,36	320.563,25
Provisões/Reversões para Contingências	32	15.734,41	86.774,62	296.010,00
Atualização de Depósitos em Garantia	30	(38.749,91)	(64.026,43)	(13.095,17)
Depreciações e Amortizações	28	1.395.747,34	2.495.047,12	2.144.363,46
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO				
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	(3.285.938,52)	(3.285.938,52)	1.526.288,85
Operações de Crédito	7	(77.260.353,19)	(96.580.360,64)	(140.572.217,50)
Outros Ativos Financeiros	8	(1.191.197,53)	(1.707.338,87)	(975.456,52)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	9	(160.178,60)	(231.015,81)	(155.524,36)
Outros Ativos	10	(565.074,49)	(1.330.637,84)	5.680.054,66
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista	14	20.430.958,61	39.859.546,30	28.316.649,46
Depósitos a Prazo	14	138.729.607,99	245.757.096,87	81.121.921,90
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	(20.737.589,33)	34.619.265,24	33.755.444,93
Relações Interfinanceiras	16	3.334.547,27	3.334.547,27	(417.527,05)
Outros Passivos Financeiros	17	1.885.208,83	(21.148.291,21)	6.803.686,97
Provisões	18	171.265,59	151.764,68	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	19	1.048.032,04	975.741,83	237.839,99
Outros Passivos	20	(15.554.239,36)	(9.519.003,65)	309.777,57
FATES - Atos Cooperativos	21.d	(1.524.957,99)	(1.524.957,99)	(1.315.207,36)
Imposto de Renda Pago				-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		1.245.216,34	1.566.691,43	30.008,41
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	111.768,52	333.375,35
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.252.569,78	1.252.569,78	357.647,60
Aquisição de Intangível		-	-	(163.553,42)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(5.496.054,84)	(9.151.397,38)	(6.616.597,60)
Aquisição de Investimentos		(1.945.797,27)	(2.726.063,39)	(2.457.719,77)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		3.789.579,70	4.431.421,26	1.205.489,02
Devolução de Capital à Cooperados		(1.386.086,48)	(3.184.977,21)	(5.499.297,96)
Estorno de Capital		(41.950,02)	(43.344,02)	(569,60)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(4.023.958,66)	(2.961.754,18)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		7.262.551,93	7.262.551,93	2.483.471,07
Reversão/Realização de Fundos		1.522.748,42	1.522.748,42	562.914,18
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em Reais

1 | CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU - SICOOB CREDIGUAÇU, doravante denominado SICOOB CREDIGUAÇU, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/05/1992, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP e componente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que específica.

O SICOOB CREDIGUAÇU, sediado à Rua Conselheiro Antonio Prado, Nº 544, Centro, Descalvado - SP, possui 34 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: São Carlos - SP, Porto Ferreira - SP, Santa Rita do Passa Quatro - SP, Pirassununga - SP, Santa Rosa de Viterbo - SP, Santa Cruz das Palmeiras - SP, Rio Claro - SP, Araras - SP, Leme - SP, Cordeirópolis - SP, Santa Cruz da Conceição - SP, Conchal - SP, Brotas - SP, São Simão - SP, Araraquara - SP, Sorocaba - SP, Itapetininga - SP, Itu - SP, Votorantim - SP, Tatuí - SP, Boituva - SP, Salto - SP, São Roque - SP, Campinas - SP, Limeira - SP, Americana - SP, Indaiatuba - SP, Mogi Guaçu - SP, Analândia - SP, Santa Bárbara D'Oeste - SP e Ibaté - SP.

O SICOOB CREDIGUAÇU tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 | APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicá-

veis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 02(R2), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 26(R1), 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 17/2/2023.

2.1 | MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações

relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

- a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
- b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjun-

to avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1º de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento. Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instru-

ção Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 | CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIGUAÇU contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3 | RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionais de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à

vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *pro rata temporis*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Nas Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010). Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIGUAÇU opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses e recursos aceites cambiais e similares. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4 | CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	5.620.493,01	8.614.550,72
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira (a)	582.022.442,70	338.057.047,85
TOTAL	587.642.935,71	346.671.598,57

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	36.100.058,34	57.533.517,62	14.524.948,14

5 | APlicações INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas	3.285.938,52	-	-	-
TOTAL	3.285.938,52	-	-	-

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
	CDI Pós	-	3.285.938,52	-
TOTAL	-	3.285.938,52	-	3.285.938,52

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	185.938,52	185.938,52	24.526,56

6 | TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito	-	11.935.716,35	-	-
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito	-	1.580.080,25	-	-
Outras Participações	-	2.826,00	-	-
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	-	13.518.622,60	-	-
TOTAL	-	13.518.622,60	-	-

A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

7 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	229.595.282,57	152.312.213,65	381.907.496,22	208.207.444,76	84.061.500,62	292.268.945,38
Financiamentos	20.768.159,71	34.105.723,15	54.873.882,86	9.411.092,02	12.810.482,36	22.221.574,38
Financiamentos Rurais	77.717.185,15	73.263.784,96	150.980.970,11	139.243.865,62	45.049.235,23	184.293.100,85
Total de Operações de Crédito	328.080.627,43	259.681.721,76	587.762.349,19	356.862.402,40	141.921.218,21	498.783.620,61
(-) Provisões para Operações de Crédito	(20.191.121,40)	(14.900.551,19)	(35.091.672,59)	(13.311.094,48)	(6.486.598,39)	(19.797.692,87)
TOTAL	307.889.506,03	244.781.170,57	552.670.676,60	343.551.307,92	135.434.619,82	478.985.927,74

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	10.313.423,94	2.568.059,80	22.557.226,15	35.438.709,89	75.103.284,18
A	0,5%	Normal	71.048.781,60	8.550.652,37	43.144.678,64	122.744.112,61	(613.720,56)
B	1%	Normal	115.671.145,01	19.565.829,42	36.825.729,92	172.062.704,35	(1.720.627,04)
B	1%	Vencidas	165.957,37	0,00	560.878,48	726.835,85	(7.268,36)
C	3%	Normal	130.648.875,53	21.235.439,50	37.325.349,66	189.209.664,69	(5.676.289,94)
C	3%	Vencidas	5.542.175,51	239.754,02	2.108.070,32	7.889.999,85	(236.700,00)
D	10%	Normal	15.693.337,97	1.887.278,46	3.865.583,32	21.446.199,75	(2.144.619,98)
D	10%	Vencidas	2.719.193,69	224.229,30	240.153,01	3.183.576,00	(318.357,60)
E	30%	Normal	3.985.989,46	331.390,38	1.479.139,47	5.796.519,31	(1.738.955,79)
E	30%	Vencidas	3.086.100,46	0,00	1.312.422,00	4.398.522,46	(1.319.556,74)
F	50%	Normal	1.830.561,17	50.435,12	391.825,98	2.272.822,27	(1.136.411,14)
F	50%	Vencidas	2.451.477,97	48.355,04	0,00	2.499.833,01	(1.249.916,51)
G	70%	Normal	1.098.880,59	0,00	0,00	1.098.880,59	(769.216,41)
G	70%	Vencidas	2.677.868,79	101.927,78	0,00	2.779.796,57	(1.945.857,60)
H	100%	Normal	7.855.265,32	0,00	0,00	7.855.265,32	(7.855.265,32)
H	100%	Vencidas	7.118.461,84	70.531,67	1.169.913,16	8.358.906,67	(8.358.909,60)
Total Normal	358.146.260,59	54.189.085,05	145.589.533,14	557.924.878,78	(21.655.106,18)	488.104.784,09	(14.009.940,59)
Total Vencidos	23.761.235,63	684.797,81	5.391.436,97	29.837.470,41	(13.436.566,41)	10.678.836,52	(5.787.752,28)
Total Geral	381.907.496,22	54.873.882,86	150.980.970,11	587.762.349,19	(35.091.672,59)	498.783.620,61	(19.797.692,87)
Provisões	(29.320.700,56)	(1.384.511,61)	(4.386.460,42)	(35.091.672,59)		(19.797.692,87)	
Total Líquido	352.586.795,66	53.489.371,25	146.594.509,69	552.670.676,60		478.985.927,74	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	125.617.777,65	103.977.504,92	152.312.213,65	381.907.496,22
Financiamentos	5.696.105,25	15.072.054,46	34.105.723,15	54.873.882,86
Financiamentos Rurais	22.896.089,70	54.821.095,45	73.263.784,96	150.980.970,11
TOTAL	154.209.972,60	173.870.654,83	259.681.721,76	587.762.349,19

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	153.458.305,10	16.517.330,12	-	169.975.635,22	28,92%
Setor Privado - Indústria	39.064.950,91	4.386.004,46	-	43.450.955,37	7,39%
Setor Privado - Serviços	123.113.429,51	22.004.422,52	-	145.117.852,03	24,69%
Pessoa Física	53.843.974,15	11.120.178,36	131.011.080,57	195.975.233,08	33,34%
Outros	12.426.836,55	845.947,40	19.969.889,54	33.242.673,49	5,66%
TOTAL	381.907.496,22	54.873.882,86	150.980.970,11	587.762.349,19	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(19.797.692,87)	(16.364.446,30)
Constituições/ Reversões no período (Nota 24)	(22.895.611,78)	(8.100.354,21)
Transferência para prejuízo no período	7.601.632,06	4.667.107,64
Saldo Final	(35.091.672,59)	(19.797.692,87)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	9.448.115,65	1,61%	6.500.000,00	1,30%
10 Maiores Devedores	50.158.676,27	8,53%	47.234.198,46	9,47%
50 Maiores Devedores	140.432.730,68	23,89%	138.251.848,03	27,72%
TOTAL	587.901.188,52	100%	498.676.331,46	100%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021

<tbl_r cells="3" ix="2" maxc

8.1 | PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(990.817,43)	0,00	(401.928,15)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(236,79)	(27,65)	(5.870,21)	(386,91)
TOTAL	(991.054,22)	(27,65)	(407.798,36)	(386,91)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	67.887,64
A	0,5%	Normal	0,00	0,00	52.885,82	52.885,82	(264,43)
B	1%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	27.216,45
C	3%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	121.715,18
E	30%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	74.722,71
E	30%	Vencidas	0,00	228.775,98	0,00	(68.632,79)	48.170,88
F	50%	Vencidas	0,00	109.367,63	0,00	(54.683,82)	53.405,34
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	2.351,27
G	70%	Vencidas	0,00	447.790,70	0,00	(313.453,49)	80.020,40
H	100%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.677,41)
H	100%	Vencidas	0,00	554.047,14	0,00	(554.047,14)	274.170,64
Total Normal			0,00	0,00	52.885,82	52.885,82	(264,43)
Total Vencidos			0,00	1.339.981,45	0,00	1.339.981,45	(990.817,24)
Total Geral			0,00	1.339.981,45	52.885,82	1.392.867,27	(991.081,67)
Provisões			0,00	(990.817,24)	(264,43)	(991.081,67)	(408.185,21)
Total Líquido			0,00	349.164,21	52.621,39	401.785,60	386.676,42

9 | ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	1.069.570,14	-	838.554,33	-
TOTAL	1.069.570,14		838.554,33	

10 | OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	69.308,29	-	135.746,37	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	773.447,03	-	91.464,29	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	121.000,00	-	-	-
Devedores Diversos – País (a)	345.872,73	-	184.521,43	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	-	6.419.204,23	-	6.402.315,43
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	-	(1.268.988,22)	-	(530.563,25)
Despesas Antecipadas (d)	153.436,87	-	76.273,18	-
TOTAL	1.463.064,92	5.150.216,01	488.005,27	5.871.752,18

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 312.259,67); e outros (R\$ 33.613,06);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

11 | INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
Participação em Cooperativa Central de Crédito			-	9.512.189,95
Partic. em Inst. Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito			-	1.277.543,26
Outras Participações			-	2.826,00
TOTAL			-	10.792.559,21

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12 | MOBILIZADO DE USO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022		31/12/2021	
Imobilizado em Curso				16.837.808,62	10.925.751,96
Terrenos				1.714.197,60	1.714.197,60
Edificações	4%			592.309,32	512.659,52
Instalações	10%			4.842.743,68	3.675.874,39
Móveis e equipamentos de Uso	10%			7.638.559,14	6.898.817,37
Sistema de Processamento de Dados	20%			2.693.619,71	2.495.309,54
Sistema de Segurança	10%			681.547,49	585.003,87
Sistema de Transporte	20%			1.024.699,33	1.031.699,33
Total de Imobilizado de Uso				36.025.484,89	27.839.313,58
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações				(407.651,62)	(307.495,38)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações				(1.457.597,32)	(912.959,00)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso				(4.334.771,89)	(3.625.748,04)
(-) Depreciação Acumulada Veículos				(483.515,08)	(372.032,62)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso				(6.683.535,91)	(5.218.235,04)
TOTAL				29.341.948,98	22.621.078,54

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13 | INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022		31/12/2021	

<tbl_r cells="6" ix="4" maxcspan="1" max

14 | DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	259.281.471,69	-	219.421.925,39	-
Depósito a Prazo (b)	609.934.107,70	14.207.041,59	371.359.684,47	7.024.367,95
TOTAL	869.215.579,39	14.207.041,59	590.781.609,86	7.024.367,95

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	14.948.693,69	1,50%	36.360.625,24	5,14%
10 Maiores Depositantes	82.530.076,66	8,29%	89.264.675,44	12,62%
50 Maiores Depositantes	194.612.026,75	19,55%	170.566.577,37	24,12%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(36.652.564,59)	(58.585.379,88)	(14.609.322,08)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(6.230.548,12)	(10.646.229,59)	(1.713.607,92)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(1.438.887,61)	(2.426.681,63)	(602.178,68)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(717.017,05)	(1.275.604,98)	(910.917,82)
TOTAL	(45.039.017,37)	(72.933.896,08)	(17.836.026,50)

15 | RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	20.070.694,91	-	15.621.121,53	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	94.878.465,28	-	64.708.773,42	-
TOTAL	114.949.160,19	-	80.329.894,95	-

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 17 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16 | REPASSES INTERFINANCEIROS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa		Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Mínima	Máxima		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	7,5%	12,00%	15/12/2023	3.334.547,27	-	-	-
TOTAL				3.334.547,27	-	-	-

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 9,00% ao ano, com vencimento até 15/12/2023.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(103.055,08)	(103.055,08)	(7.374,23)
Outras Instituições	-	-	(11.902,00)
TOTAL	(103.055,08)	(103.055,08)	(19.276,23)

17 | OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	14.949.828,99	-	36.360.625,24	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	136.030,42	-	33.393,02	-
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	285.464,96	-	125.597,32	-
TOTAL	15.371.324,37	-	36.519.615,58	-

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Ordens de Pagamento (R\$ 14.948.693,69) outros (R\$ 1.135,30);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 276.277,06); e outros (R\$ 9.187,90).

18 | PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.108.208,95	33.430,11	665.672,81	32.468,56
Provisão para Contingências (b)	-	624.549,30	-	386.010,00
TOTAL	1.108.208,95	657.979,41	665.672,81	418.478,56

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	47.188.248,68	35.799.257,20
TOTAL	47.188.248,68	35.799.257,20

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às event

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	-	-	30.000,00	-
Outras Contingências	624.549,30	719.964,15	356.010,00	546.439,46
TOTAL	624.549,30	719.964,15	386.010,00	546.439,46

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIGUAÇU, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 415.534,05. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19 | OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	127.703,76	-	106.817,21	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.318.846,38	-	962.491,27	-
Outros	787.480,38	-	188.980,21	-
TOTAL	2.234.030,52	-	1.258.288,69	-

20 | OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	6.913.422,82	-	7.026.947,23	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	276.854,44	-	227.829,79	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	4.946.033,17	-	3.450.001,53	-
Credores Diversos – País (d)	446.204,41	-	2.424.513,80	-
TOTAL	12.582.514,84	-	13.129.292,35	-

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	1.097.648,26	-	1.189.929,40	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.714.336,25	-	2.737.789,09	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	3.101.438,31	-	3.099.228,74	-
TOTAL	6.913.422,82	-	7.026.947,23	-

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 3.696.177,25); Seguro prestamista (R\$ 417.744,22) e Outras despesas administrativas (R\$ 832.111,70); e

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 296,20); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 254.582,26); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 46.180,26); e outros (R\$ 145.145,69).

21 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	73.134.219,62	60.614.141,53
Associados	36.611	27.488

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 50,19% para Conta Capital, no valor de R\$ 4.054.426,13;
- 49,81% para Conta Corrente, no valor de R\$ 4.023.958,66.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	20.262.365,72	18.788.676,54
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-	-
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	-	-
(-) Absorção Estatutária	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	20.262.365,72	18.788.676,54
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(11.546.110,49)	(9.957.998,57)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(1.524.957,99)	(1.315.207,36)
(-) Destinação para Outras Reservas	-	-
(+) Reversão/Realização de Reservas	-	-
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	1.522.748,42	562.914,18
Sobra à disposição da Assembleia Geral	8.714.045,66	8.078.384,80

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 7.874.577,88. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

22 | RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido des-

sas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	4.580.176,44	820.410,52
Despesas específicas de atos não cooperativos	(8.547.886,15)	(313.804,51)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.382.348,80)	(375.011,88)
Resultado operacional	(5.350.058,51)	131.594,13
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(1.511.820,81)	(1.748.463,91)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.861.879,32)	(1.616.869,78)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(6.861.879,32)	(1.616.869,78)

23 | RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	519.547,73	940.357,98	708.010,72
Rendas de Empréstimos	41.279.778,75	71.922.545,98	40.786.307,37
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	8.083.357,82	13.760.655,12	6.178.630,70
Rendas de Financiamentos	3.658.122,53	5.540.408,73	2.557.253,93
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.576.497,48	7.831.849,28	15.148.211,70
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	287,67	287,67	19.561,96
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	8.606.568,49	13.039.742,18	-
Rendas de Créditos Por Avais e Fianças Honrados	-	-	400,00
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	2.653.781,55	4.070.614,25	8.489.281,41
TOTAL	67.377.942,02	117.106.461,19	73.887.657,79

24 | DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Captação	(45.039.017,37)	(72.933.896,08)	(17.836.026,50)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(103.055,08)	(103.055,08)	(19.276,23)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	9.205.899,25	18.152.132,96	10.817.389,34
Reversões de Provisões para Outros Créditos	50.563,33	100.960,82	861.324,22
Provisões para Operações de Crédito	(26.640.697,16)	(41.047.744,74)	(18.917.743,55)
Provisões para Outros Créditos	(860.687,20)	(1.446.288,35)	(868.687,91)
TOTAL	(63.386.994,23)	(97.277.890,47)	(25.963.020,63)

25 | INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	2.459.305,90	4.794.960,44	4.274.027,43
Rendas de Convênios	208.153,61	417.341,41	367.786,70
Rendas de Comissão	2.222.218,57	2.422.710,66	452.493,82
Rendas de Credenciamento	15,44	15,44	-
Rendas de Cartões	1.350.431,18	1.758.559,84	544.092,50
Rendas de Outros Serviços	680.342,97	1.171.448,29	568.648,98
TOTAL	6.920.467,67	10.565.036,08	6.207.049,43

26 | RENDAS DE TARIFAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Serviços Prioritários - PF	423.336,50	735.434,50	662.802,50
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	929,00	1.092,00	1.880,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.832.405,18	3.181.989,81	2.524.977,31
TOTAL	2.256.670,68	3.918.516,31	3.189.659,81

27 | DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(67.878,00)	(132.120,00)	(120.132,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.156.208,38)	(2.101.516,92)	(1.803.816,55)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.920.475,81)	(7.050.270,20)	(5.619.225,25)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.784.540,79)	(7.312.913,03)	(5.892.961,27)
Despesas de Pessoal - Proventos	(10.828.024,09)	(20.517.969,02)	(16.592.613,55)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(9.486,57)	(18.582,57)	(6.821,46)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(116.143,99)	(207.474,09)	(159.627,76)
TOTAL	(19.882.757,63)	(37.340.845,83)	(30.195.197,84)

28 | OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(295.397,70)	(751.820,55)	(717.843,00)
Despesas de Aluguéis	(2.086.753,12)	(3.910.615,20)	(3.061.801,34)
Despesas de Comunicações	(1.022.835,33)	(1.963.727,95)	(1.748.685,94)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(803.083,79)	(1.513.468,37)	(1.738.401,67)
Despesas de Material	(419.044,04)	(602.935,64)	(640.443,77)
Despesas de Processamento de Dados	(1.431.611,50)	(2.776.322,45)	(2.484.427,36)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(432.717,16)	(721.565,85)	(91.986,12)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(241.100,61)	(375.139,11)	(246.211,55)
Despesas de Publicações	-	-	(2.362,20)
Despesas de Seguros	(155.487,74)	(230.371,93)	(188.866,89)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.365.013,75)	(4.422.359,15)	(3.192.537,13)
Despesas de Serviços de Terceiros	(623.625,04)	(1.125.578,79)	(901.083,05)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.609.442,55)	(3.075.792,56)	(2.540.267,70)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.100.925,55)	(1.827.214,50)	(1.331.394,95)
Despesas de Transporte	(681.769,74)	(1.418.287,18)	(1.455.283,73)
Despesas de Viagem no País	(175.592,29)	(409.105,49)	(400.516,70)
Despesas de Amortização	(30.921,22)	(64.520,18)	(54.939,75)
Despesas de Depreciação	(1.364.826,12)	(2.430.526,94)	(2.089.423,71)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(259.754,04)	(493.831,79)	(342.071,07)
Alocação de despesa – Central	(213.978,77)	(363.987,17)	(308.602,23)
Emolumentos judiciais e cartorários	(284.881,24)	(582.750,53)	(507.668,61)
Outras Despesas Administrativas	(544.598,61)	(948.245,76)	(565.969,40)
TOTAL	(16.143.359,92)	(30.008.167,09)	(24.608.425,67)

29 | DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(65.526,15)	(278.296,15)	(201.005,22)
Despesas Impostos s/ Serviços - ISS	(372.568,97)	(401.304,47)	(32.433,17)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	-	(32.816,41)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(96.534,31)	(196.426,45)	(161.915,66)
TOTAL			

30 | OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	368.711,00	369.307,88	434.647,98
Dividendos	1.245.216,34	1.566.691,43	30.008,41
Distribuição de sobras da central	-	111.768,52	333.375,35
Atualização depósitos judiciais	38.749,91	64.026,43	13.095,17
Rendas de Repasses Interfinanceiros	4.546,91	156.201,07	150.723,33
Outras rendas operacionais	57.388,68	4.058.064,60	7.969.577,08
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.222.524,53	3.426.075,24	1.570.430,36
Juros ao Capital Recebidos da Central	1.252.569,78	1.252.569,78	357.647,60
TOTAL	5.189.707,15	11.004.704,95	10.859.505,28

31 | OUROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(17.209,04)	(17.209,04)	-
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(304.935,23)	(557.660,96)	(187.067,73)
Outras Despesas Operacionais	(730.177,14)	(1.023.160,18)	(1.401.842,82)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(27.379,50)	(48.543,75)	(34.111,47)
Outras Contribuições Diversas	(25.060,00)	(48.510,00)	(24.150,00)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(69.394,93)	(278.330,06)	(149.025,60)
Perdas - Fraudes Externas	(6.890,94)	(6.890,94)	-
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(47,02)	(47,02)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(31.458,86)	(31.458,86)	(449.060,92)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(788.265,98)	(1.522.748,42)	(562.914,18)
TOTAL	(2.000.818,64)	(3.534.559,23)	(2.808.172,72)

32 | DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(15.734,41)	(86.774,62)	(296.010,00)
Provisões para Contingências	(192.000,00)	(276.549,30)	(316.010,00)
Reversões de Provisões para Contingências	176.265,59	189.774,68	20.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(196.753,19)	(443.497,69)	(218.494,61)
Provisões para Garantias Prestadas	(864.146,41)	(1.576.699,26)	(926.417,81)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	667.393,22	1.133.201,57	707.923,20
TOTAL	(212.487,60)	(530.272,31)	(514.504,61)

33 | OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	6.500,00	245.732,95	335.353,53
Lucro em Transações com Outros Valores de Bens	0,00	0,00	1.753,40
Ganhos de Capital	59.508,11	65.265,63	46.846,95
Rendas de Aluguéis	7.500,00	7.500,00	0,00
Outras Rendas Não Operacionais	2.200,86	8.074,08	192.946,68
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(33.070,62)	(73.070,62)	(1.402.122,88)
(-) Perdas de Capital	(51.852,24)	(78.865,54)	(43.475,33)
(-) Despesas de Provisões para Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(790.351,33)	(1.077.114,36)	(320.563,25)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(395.570,93)	(609.342,95)	(559.203,01)
TOTAL	(1.195.136,15)	(1.511.820,81)	(1.748.463,91)

34 | RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos comple-

mentares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35 | PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 | PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.
As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.023.078,49	0,2059%	6.605,67
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	178.061,75	0,0121%	232,00
TOTAL	3.201.140,24	0,2180%	6.837,67
Montante das Operações Passivas	Valores	% em Relação à Carteira Total	
	5.410.212,82	0,3349%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Empréstimos e Financiamentos	0,1023%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0013%
Crédito Rural (modalidades)	0,0337%
Aplicações Financeiras	0,3349%

b) Total geral das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	77.821,28	355,73	0,9266%
Conta Garantida	897,47	4,48	0,0058%
Financiamentos Rurais	1.260.011,37	4.913,09	0,8345%
Empréstimos	355.662,15	1.605,91	0,1173%
Financiamentos	240.277,55	1.403,54	0,4379%
Direitos Creditórios Descontados	861,37	4,31	0,0016%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	392.875,23	0,1537%	0%
Depósitos a Prazo	792.921,43	0,1270%	1,1287%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.078.040,65	1,1362%	1,0532%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	1,8000%	3,89
Empréstimos	0,8273%	34,15
Financiamentos	1,1167%	34,11
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,0586%	4,37
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	93,2379%	156,83
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0425%	3,63

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	64.935,61
Crédito Rural	5.087.232,14
Direitos Creditórios Descontados	109.270,64
Empréstimos	1.587.400,97
Financiamentos	482.261,95

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	129.099,83	114.194,38

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(225.182,94)	(445.298,62)	(392.617,65)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.156.208,38)	(2.101.516,92)	(1.803.816,55)
F.G.T.S. Diretoria	(79.457,86)	(155.267,26)	(125.029,12)
Plano de Saúde	(61.177,38)	(104.403,92)	(18.163,68)

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

	31/12/2022	31/12/2021
	609.070,34	698.808,16

35.2 | COOPERATIVA CENTRAL

A SICOOB CREDIGUAÇU, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB SP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB SP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB SP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIGUAÇU responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB SP:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	582.022.442,70	338.057.047,85
Ativo – Títulos e valores mobiliários	11.935.716,35	-
Ativo - Investimentos	-	9.512.189,95
Total das Operações Ativas	593.958.159,05	347.569.237,80

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB SP:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	36.100.058,34	57.533.517,62	14.524.948,14
Total das Receitas	36.100.058,34	57.533.517,62	14.524.948,14

36 | ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	162.437.263,25	137.670.893,62
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	856.757.690,63	721.828.447,20
Índice de Basileia (mínimo 11%)	16,66%	18,20%

operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 | RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

38.1 | RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 | RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reprecamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reaprecamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de risco;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

38.4 | RISCO DE LIQUIDEZ

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez. São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 | RISCOS SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistemáticas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistemáticas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, segundo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alcada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 | GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital* do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente. O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de



capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 | GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a)** identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b)** avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c)** definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d)** continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e)** transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39 | SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40 | PLANO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDA NA RESOLUÇÃO CMN N° 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN n° 4.966/2021, que alterará os conceitos e crité-

rios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis;

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

DESCALVADO-SP

CARLOS ALBERTO BIANCHI
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

GABRIEL BARALDI ZOLLA
CONTADOR -1SP293385

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros efetivos do Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU – SICOOB CREDIGUAÇU, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, após examinar os Livros, Documentos, Situação Patrimonial, Demonstrativos das Sobras ou Perdas, as Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Balanços encerrados em 31 de dezembro de 2022, complementados pelas Notas Explicativas e os Esclarecimentos Prestados pela Administração da Cooperativa, além dos trabalhos de auditoria realizada pela empresa MOORE PRISMA AUDITORES E CONSULTORES, somos de PARECER que as contas apresentadas, merecem aprovação dos senhores cooperados presentes à A.G.O. de 2023.

Descalvado, 28 de março de 2023

CONSELHO FISCAL – MEMBROS EFETIVOS

Paulo Afonso Gabrielli
CPF 772.137.188-00

Eraldo José Zóia
CPF 046.940.118-47

Flávio Henrique Fernandes
CPF 095.929.078-89

SMART POS

SIPAG

- Mais moderna e rápida.
- Bateria com maior autonomia.
- Já vem com chip.
- Crédito, Débito, PIX, NFC.
- Condições especiais.
- Taxas personalizadas.

A evolução
chegou para
você fazer
os melhores
negócios.



Verifique a disponibilidade em sua cooperativa.

GARANTA
JÁ A SUA!

CONTRATE AGORA!

SAIBA MAIS EM: SIPAG.COM.BR

/sipagbrasil @sipagbrasil

SICOOB CREDIGUAÇU sipag

Central de Atendimento Sipag: 3004-9974 | Demais localidades: 0800 729 7474 | Ouvidoria: 0800 646 4001
Segunda a sexta, das 9h às 18h | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - Segunda a sexta, das 9h às 18h

NOSSAS UNIDADES

AMERICANA
Rua Castro Alves, 35 | Centro

ANALÂNDIA
Avenida Hum, 412 | Centro

ARARAQUARA
Avenida Espanha, 279/283 | Centro

ARARAQUARA VILA XAVIER
Alameda Paulista, 1057 | Vila Xavier

ARARAS
Rua Júlio de Mesquita, 862 | Centro

BOITUVA
Rua Expedicionário Souza Filho, 264 | Centro

BROTAS
Praça Amador Simões, 01 | Centro

CAMPINAS
Avenida Gov. Pedro de Toledo, 1139 | Bonfim

CONCHAL
Rua São Paulo, 577 | Centro

CORDEIRÓPOLIS
Rua Visconde do Rio Branco, 231 | Centro

DESCALVADO
Rua Conselheiro Antônio Prado, 544 | Centro

IBATÉ
Avenida São João, 1316 | Centro

INDAIATUBA
Rua 13 de Maio, 632 | Centro

ITAPETININGA
Rua Dr. Júlio Prestes, 686 | Centro

ITU
Rua Santa Rita, 866 | Centro

JUNDIAÍ
Rua Messina, 577 | Jardim Messina

LEME
Rua Dr. Armando Sales de Oliveira, 500 | Centro

LIMEIRA
Rua Dr. Trajano de Barros Camargo, 228 | Centro

MOGI GUAÇU
Avenida Ulisses Leme, 1602 | Parque Guainco

PIRASSUNUNGA
Avenida Painguás, 1273 | Vila Guimarães

PORTO FERREIRA
Praça Cornélio Procópio, 190 | Centro

RIO CLARO
Rua 14, 2.081 | Jardim São Paulo

SALTO
Avenida Dom Pedro II, 775 | Vila Teixeira

SANTA BÁRBARA D'OESTE
Rua XV de Novembro, 171 | Vila Pataro

SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO
Rua Dr. Jorge Tibiriçá, 1.091 | Centro

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS
Avenida XV de Novembro, 529 | Centro

SANTA RITA DO PASSA QUATRO
Rua Victor Meirelles, 824 | Centro

SANTA ROSA DE VITERBO
Avenida Rio Branco, 182 | Centro

SÃO CARLOS
Rua Nove de Julho, 1206 | Centro

SÃO ROQUE
Avenida Brasil, 200 | Praça do Barão

SÃO SIMÃO
Rua Deodoro da Fonseca, 704 | Centro

SOROCABA
Rua Cesário Motta, 570 | Centro

SOROCABA ÉDEN
Rua Bonifácio de Oliveira Cassu, 204, S. 2 | Éden

SOROCABA NORTE
Avenida Ipanema, 348 | Vila Nova Sorocaba

SUMARÉ
Rua Antônio do Vale Melo, 1295 | Centro

TATUÍ
Praça Martinho Guedes, 55 | Centro

VOTORANTIM
Avenida São João, 488 | Jardim Icatu

CENTRAL ADMINISTRATIVA DESCALVADO
Rua Conselheiro Antônio Prado, 544 | Centro

